



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639908 - SP (2021/0011761-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : DANIEL ROBERTO DE SOUZA
ADVOGADO : DANIEL ROBERTO DE SOUZA - SP289297
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HIGOR ALEXANDRE LOPES TORRES (PRESO)
CORRÉU : RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HIGOR ALEXANDRE LOPES TORRES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2297729-13.2020.8.26.0000).

O paciente foi denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, da Lei 11.343/2006, que teriam ocorrido em 31/08/2019.

Recebida a denúncia em 11/12/2020 e acolhido o pedido de prisão preventiva, o mandado foi cumprido em 03/01/2021.

O impetrante sustenta que o réu seria primário e que não possuiria antecedentes criminais, não tendo se envolvido em episódios criminosos após os fatos tratados nestes autos.

Pondera que a prisão teria sido genericamente fundamentada e decretada após 1 ano e 4 meses da data dos fatos.

Considera que a quantidade de entorpecentes apreendida seria pequena.

No mais, aduz que o paciente estaria recluso em estabelecimento com lotação superior a sua capacidade e que não disporia de equipe de saúde, favorecendo a propagação do coronavírus.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a concessão de liberdade provisória ou, até mesmo, a prisão domiciliar, cumulada ou não com a aplicação de medidas alternativas, pois estariam ausentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.
CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE
DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE

AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

“Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto, ao decretar a prisão preventiva do paciente, o magistrado singular consignou que (e-STJ fls. 52/53):

"Os acusados foram denunciados pela suposta prática de crimes graves, equiparados a hediondo tipificados, nos artigos 33, caput e 35, caput, ambos da lei 11.343/06, cujas penas são bem superiores a 04 anos.

Ademais, demonstraram periculosidade, colocando em desassossego a sociedade, pois crimes dessa natureza estão sendo combatidos por todas as autoridades do País.

Em que pese as pequenas porções apreendidas, as transcrições da mensagens dos celulares do acusado demonstram a negociação dos entorpecentes.

Sem contar ainda que Rafael foi preso em flagrante por outro processo e pelo mesmo delito, e se solto poderá fugir do distrito da culpa, colocando em risco a aplicação da lei penal.

Posto isso, com fulcro no artigo 311, 312 e 313, I, todos do Código de Processo Penal, com redação alterada pela Lei 12.403/11, visando garantir a ordem pública, conveniência da instrução e aplicação da Lei Penal, DECRETO AS PRISÕES PREVENTIVAS dos acusados RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS e HIGOR ALEXANDRE LOPES TORRES."

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência